



PROGRAMA DO CONCURSO

**FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
MT (MÉDIA TENSÃO) E BTE (BAIXA TENSÃO ESPECIAL)**

CONCURSO PÚBLICO

(CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual)

ÍNDICE

1. Identificação e objeto do concurso	1
2. Entidade adjudicante e o órgão que tomou a decisão de contratar	1
3. Consulta e fornecimento das peças do procedimento	1
4. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento	1
5. Erros e omissões do Caderno de Encargos	2
6. Concorrentes	2
7. Proposta e documentos que a acompanham	3
8. Modo de apresentação e entrega das propostas	4
9. Prazo para entrega das propostas	4
10. Propostas variantes	4
11. Retirada da proposta	5
12. Documentos de habilitação	5
13. Prazo da obrigação de manutenção das propostas	5
14. Critério de apreciação das propostas para adjudicação	5
15. Relatório preliminar / Audiência prévia / Relatório final	6
16. Adjudicação	6
17. Notificação da adjudicação	6
18. Encargos	6
19. Caução	7
20. Legislação aplicável	7
Anexo I	8
Anexo II	10
Anexo III	11

1. Identificação e objeto do concurso

1.1. O presente programa constitui o regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato relativo ao concurso público para FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA MT (MÉDIA TENSÃO) E BTE (BAIXA TENSÃO ESPECIAL), durante um período de 24 meses, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e do artigo 130º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado abreviadamente por CCP.

2. Entidade adjudicante e o órgão que tomou a decisão de contratar

2.1. A entidade adjudicante é o Município de Mangualde.

2.2. O processo de concurso decorre na Divisão Financeira do Município de Mangualde, sita no Largo Dr. Couto, 3530-004 Mangualde, telefone: 232 619 880, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, de acordo com as condições constantes no presente programa de concurso e caderno de encargos.

2.3. A decisão de contratar será tomada por despacho do Presidente da Câmara e ratificada pela Câmara Municipal, ao abrigo do nº3 do artigo 35.º conjugado com a alínea f) do nº1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e ao abrigo do art.º 36 do CCP, plasmado no documento “Proposta de Aquisição”.

3. Consulta e fornecimento das peças do procedimento

3.1. As peças do procedimento encontram-se patentes no edifício dos Paços do Concelho, com endereço no Largo Dr. Couto, 3534-004 Mangualde, onde podem ser consultadas nos termos do disposto do nº 1 do artigo 133º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 9H00 e as 17H00 de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente, encontrando-se ainda disponível para consulta, a partir da mesma data, na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível no endereço www.acingov.pt

3.2. O presente procedimento é constituído pelas peças a seguir discriminadas:

- a)** O presente Programa do Concurso e respetivos anexos;
- b)** O Caderno de Encargos.

3.3. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma referida no ponto 3.1., desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

3.4. Os interessados podem descarregar as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica atrás referida devendo, no entanto, proceder ao seu registo na mesma.

4. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

4.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado no anúncio para a entrega das propostas, devendo ser colocados na plataforma eletrónica em local próprio, disponível para o efeito.

4.2. Os esclarecimentos e as retificações a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.

4.3. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento a que dizem respeito e serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante e notificando-se todos os interessados que as tenham levantado.

4.4. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no ponto 4.2., desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no ponto 4.1., obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

4.5. A prorrogação de prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.

5. Erros e omissões do Caderno de Encargos

5.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, através da plataforma acinGov, ao Município de Mangualde uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas.

5.2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente por ele aceites.

5.3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

5.4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados são publicitadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados do facto.

6. Concorrentes

6.1. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a)** Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP;
- b)** Reúnam todos os requisitos legais constantes deste concurso.

6.2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54º do CCP.

6.3. Os agrupamentos de empresas acompanharão a sua proposta com uma declaração de, em caso de adjudicação, se constituírem em agrupamento complementar de empresas ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, conforme o caso, com indicação da

respetiva participação de cada empresa associada.

6.4. No caso de adjudicação da prestação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária ou agrupamento complementar de empresas.

7. Proposta e documentos que a acompanham

7.1. A proposta e os documentos que a instruem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7.2. A proposta e os documentos deverão ser assinados pelo concorrente ou seu representante legal, com poderes para o obrigar.

7.3. Documentos exigidos:

- a)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>, conforme o **Anexo III** ao presente programa do concurso, o qual deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar e enviado junto aos documentos da proposta, no caso de opção de apresentação de proposta por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra.
- b)** Proposta de preços de energia ativa, indicados até à quarta casa decimal, que também deve ser enviada em formato Excel ou similar, utilizando o **Anexo IV** ao Caderno de Encargos;
- c)** Declaração emitida conforme modelo constante do *Anexo I ao CCP*, de acordo com a redação dada pelo *Decreto – Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto*, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para o obrigar;

7.4. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

7.5. Se a assinatura digital qualificada não identificar o poder para representação e/ou obrigação da entidade, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, conforme nº 7 do art.º 54 da Lei 96/2015, de 17.08, por exemplo, certidão permanente, procuração ou outros documentos equivalentes.

7.6. Todos os documentos deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

7.7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

7.8. Documento em que as empresas que se apresentem a concurso agrupadas, assumem solidariamente a responsabilidade perante o Município de Mangualde, pela manutenção da sua proposta e se

comprometem a constituir-se em agrupamento complementar de empresas ou a associar-se, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da celebração do contrato, se lhes for feita a adjudicação. A referida declaração deve ainda indicar a respetiva participação de cada empresa associada e qual a empresa que representa o agrupamento.

8. Modo de apresentação e entrega das propostas

8.1. A proposta e todos os documentos que a integram, serão datados e assinados eletronicamente e individualmente, pelo concorrente ou seu representante, utilizando certificados digitais qualificados.

8.2. Na proposta o concorrente deverá indicar o preço total arredondado a duas casas decimais, prevalecendo o valor indicado por extenso.

8.3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, por extenso e em algarismos, e não indicarão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto. Em caso de divergência prevalece o preço indicado por extenso.

8.4. A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica www.acingov.pt, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último os poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

8.5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

8.6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta, bem como à celebração do contrato serão da responsabilidade do concorrente/adjudicatário.

9. Prazo para entrega das propostas

9.1. As propostas e os documentos que as constituem, devem ser apresentadas na plataforma eletrónica acinGov, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da data de publicação do aviso no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

9.2. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.

9.3. De acordo com a Lei n.º 96/2016, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que se inicia a efetiva assinatura eletrónica da proposta.

9.4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.

10. Propostas variantes

10.1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

11. Retirada da proposta

11.1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las.

11.2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

12. Documentos de habilitação

12.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, que devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa:

- a)** Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para a obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve anexar;
- b)** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c)** Certidão Permanente no caso de se tratar de pessoa coletiva;
- d)** Documento de identificação e residência de quem outorga o respetivo contrato escrito.
- e)** Indicação de gestor de contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone;

12.2. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação exigidos, através da plataforma eletrónica ou no caso desta se encontrar indisponível através de correio eletrónico com o endereço ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

12.3. No caso de se verificar o exposto no artigo 86º do CCP, o adjudicatário tem 5 (cinco) dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, sob pena de caducidade da adjudicação.

12.4. A falsificação de qualquer documento ou falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, se já tiver sido efetuada.

13. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

13.1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

14. Critério de apreciação das propostas para adjudicação

14.1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente vantajosa na sua modalidade de avaliação de preço, considerando-se como mais vantajosa a que apresentar o preço mais baixo e que cumpra cumulativamente os requisitos técnicos constantes do caderno de encargos.

14.2. No caso de se verificarem propostas com classificações iguais na ordenação final, o critério de desempate é o da tarifa em horas de cheias mais baixa para a (BTE) seguida da tarifa em horas de cheias mais baixa para (MT).

15. Relatório preliminar / Audiência prévia / Relatório final

15.1. O júri elabora um relatório preliminar, ordenando as propostas de acordo com o critério de adjudicação definido.

15.2. No relatório mencionado no ponto anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

15.3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo júri do procedimento, podendo os concorrentes pronunciar-se sobre o seu teor, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme previsto no artigo 147º do CCP.

15.4. Exercido o direito de audiência prévia, ou decorrido o respetivo prazo, o júri elabora o relatório final, que submete à apreciação e decisão do órgão competente para a decisão de contratar.

16. Adjudicação

16.1. A adjudicação só terá lugar quando existirem fundos disponíveis, de acordo com o estabelecido na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos).

16.2. Cumpridas as formalidades previstas nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar procede à adjudicação.

17. Notificação da adjudicação

17.1. A decisão de adjudicação é comunicada em simultâneo a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

17.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário, para no prazo de **10 (dez) dias** úteis a contar da data da referida notificação apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto 12 deste Programa de Concurso.

17.3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante envia ao adjudicatário a minuta do contrato a celebrar.

17.4. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local, dia e hora em que ocorrerá a respetiva outorga do contrato.

18. Encargos

18.1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

18.2. São da conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato escrito que aí houver lugar, despesa esta mencionada na nossa Tabela de Taxas e Preços, capítulo I, Secção I, artigo 1.º, n.º 9, disponível na página do Município de Mangualde no endereço: https://www.cmmangualde.pt/wp-content/uploads/2022/01/Tab_Taxas_Taxas_Precos.pdf

18.3. São ainda da conta do adjudicatário todos os encargos que resultem do rigoroso cumprimento do estabelecido na legislação aplicável na matéria.

19. Caução

O adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

20. Legislação aplicável

20.1. Em tudo o omissso no presente programa do concurso observar-se-á o disposto no CCP aprovado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, alterado e republicado pelo *Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto* e restante legislação aplicável na matéria.

20 de maio de 2022

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos

Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(4)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III

Documento Europeu Único De Contratação Pública (DEUCP)

[nos termos dos n.ºs 1, alínea a) e n.º 6, ambos do artigo 57.º do CCP]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.